



# LUIZ TITO

luizctito@bol.com.br

## Proposta imprópria I

**E**m nota anterior desta coluna, colocamos em destaque o papel – que certamente a sociedade agradecerá – do Exército para dar efetivo apoio às forças policiais com seus homens, suas armas, suas táticas e estratégias. Os Estados têm se mostrado em todo o país incapazes de estabelecer um confronto eficaz com o tráfico de drogas, que a cada dia mais destrói a juventude e atormenta famílias, além de gerar um pânico permanente da sociedade. Esse trabalho do Exército seria uma boa resposta à nação, cansada de esperar por medidas que possam colocar um paro na expansão da criminalidade, sem dúvida crescente à medida que também cresce o tráfico de drogas.

## Proposta imprópria II

A nota contestava a sugestão de interferência do Exército na fiscalização das eleições, o que não teria sentido de nenhuma forma. O Judiciário eleitoral é um Poder civil, assim definido pela Constituição Federal. A isso se chamaria “intervenção”, o que a Constituição veda. O leitor, por sua vez, insiste nessa tarefa e justifica que as Forças Armadas não subirão às favelas e cercariam bandidos, como um reforço à ação das polícias militares e civis dos Estados, porque este não seria, como sugeriu a coluna, papel delas (das Forças Armadas). E que tais serviços foram impedidos pelo STF desde o auge da pandemia. Sim, foram. A decisão do STF por meio do ministro Fachin decorreu do massacre ocorrido numa comunidade do Rio de Janeiro, quando foram mortas 28 pessoas, até hoje não esclarecido com segurança tratar-se de bandidos resistentes à ação policial.

## Proposta imprópria III

A polícia do Rio de Janeiro não é um grande modelo, no seu perfil tático e de seu pessoal, para as demais instituições policiais do país e uma presença das Forças Armadas nessas ações, levando-se em conta que os militares, equipamentos e armas das três forças, Marinha, Aeronáutica e Exército, seriam de grande valia se bem empregados, com o preparo que se alardeia terem. O tráfico de drogas é hoje o maior problema que a sociedade brasileira tem, e seu avanço para dentro das famílias torna de inadiável urgência que seja contido. Ficarmos com recomendações de que a população se arme para conter a bandidagem só se justifica, ou por problemas de ordem psiquiátrica, ou para reforçar o interesse da indústria de armas, ou pior: para armar bandidos protegidos pela permissão legal de portar armas.

## Serra do Curral I

Impressionante as reações da sociedade à concessão da licença à Tamisa para exploração mineral na serra do Curral. O prefeito de BH, Fuad Noman, já se posicionou no sentido de que, apesar de o licenciamento não abranger área dentro do perímetro da capital, vai buscar com sua assessoria formas de contestar judicialmente tal autoriza-

ção, formalizada na madrugada do dia 30 de abril, com o largo apoio do Estado de Minas Gerais. Falaram no processo a Secretaria de Estado de Governo, a Semad, a Sedese, a Sede, a Codemig, o Iepha, o Iphan, o IEF e a Prefeitura de Nova Lima. A favor também sindicatos de representação de empresários e empregados do setor minerário. Tem

peso a votação, pró e contra, além das diversas manifestações que estão ganhando espaço em toda a Minas Gerais. Pela fala de um membro do Partido Novo, Evandro Negrão de Lima, divulgada em redes sociais, o Estado simplesmente cumprirá a lei, diante da decisão que foi extraída de votação no Copam, que durou 19 horas.



JOÃO GODINHO - 18.9.2018

Sociedade civil se mobiliza para manter imagem da serra do Curral, que identifica BH

## Serra do Curral II

O que a população alega está na ameaça ao meio ambiente, ao suprimento de água da região metropolitana, na devastação da vegetação de 42 hectares, na qualidade do ar e no comprometimento do perfil da serra do Curral, tido como identificação da imagem de BH. E isso constitui um patrimônio inegociável para as forças contrárias ao licenciamento. O que pode, nesta altura, comprometer a concessão é que o rito usado pela Tamisa e engolido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de (Copam) está no procedimento usado para fazer o processo andar e se inserir na fila de apreciação. O MPMG já está se movimentando no sentido de contestar a opção feita e que fez andar o licenciamento.

## Ipsemg contratando

O Instituto de Pensão dos Servidores do Estado de Minas Gerais, o Ipsemg, que temos com insistência denunciado pela sua ineficiência na manutenção do Hospital Israel Pinheiro, acaba de comprometer a bagatela de R\$ 150 milhões, por inexistência de licitação, para comprar consultas médicas da rede privada, sen-

do R\$ 60 milhões destinados à contratação do Mater Dei e R\$ 90 milhões para o Hospital Santa Genoveva Ltda., de Uberlândia. Nada demais se não fossem algumas situações: no Hospital Israel Pinheiro, em BH, chegam a faltar medicamentos básicos, do tipo Novalgina, no bloco cirúrgico. Tais contratações foram reali-

zadas sem licitação, embora houvesse dezenas de hospitais no Estado que pudessem se interessar por tal concorrência e prestar os mesmos serviços. O Ipsemg paga sobre a sua tabela oficial R\$ 43 aos médicos na sua rede própria e R\$ 92 pelas consultas que está comprando dos dois hospitais contratados.

**Aplicativo.** Autoridades fizeram vistoria em cela e encontraram dinheiro, celulares, anabolizantes e cigarros

# Cabral usou delivery na prisão e deve ser transferido



### DA REDAÇÃO

Detido na Unidade Prisional da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o ex-governador do Estado Sérgio Cabral gastou R\$ 1.508 em uma refeição árabe por meio de um aplicativo de comida em 27 de abril. No pedido, havia esfirras, kafta e lentilhas.

A irregularidade foi descoberta pela Vara de Execuções

Penais, que entrou no presídio onde Cabral está preso. Na vistoria, foram encontrados ainda um caderno de registro de pagamentos, dinheiro, celulares, anabolizantes, cigarros eletrônicos e de maconha e toalhas bordadas.

O caso foi revelado pelo “Fantástico”. De acordo com imagens obtidas pela emissora, os objetos estavam guardados em compartimentos secretos na cela de Cabral, o que indica que todo o material seria do ex-governador.

Com a revelação das regalias, o juiz responsável pela fiscalização na unidade pri-



TÉRCIO TEIXEIRA/FOLHAPRESS - 2.8.2021

Sérgio Cabral teriam encomendado comida por aplicativo na cela

sional anunciou ontem que vai transferir Cabral e outros detentos para o presídio de Segurança Máxima de Bangu, também no Rio de Janeiro. A Vara de Execuções Penais também vai determinar mudanças no controle e na estrutura da unidade.

Por meio de nota, a defesa de Cabral alegou que não foi encontrada qualquer irregularidade na cela que ele ocupa, que nenhum dos objetos apreendidos nas áreas comuns foi relacionado a ele.

Os agentes investigam ainda o recebimento de benefícios pelo tenente-coronel

Claudio Luiz de Oliveira, que cumpre pena no mesmo presídio pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 2011.

O juiz Marcelo Rubioli narrou à emissora a entrada da equipe na unidade prisional. Nas imagens, Cabral e Oliveira estavam na área externa e o ex-policial recebe uma sacola. Ao ser flagrado, jogou ela por cima da cerca.

Na sacola, estavam dois celulares, mais de R\$ 4.000 em dinheiro e os cigarros de maconha. A defesa de Oliveira justificou que nenhum dos materiais informados pela reportagem estavam na cela dele.